

TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

Relatório de Atividades do TCE-MS

3º Trimestre - 2026

Departamento de Planejamento Estratégico

Conselho Deliberativo

Conselheiro **Flávio Esgaib Kayatt**
Presidente

Conselheiro **Iran Coelho das Neves**
Vice-Presidente

Conselheiro **Marcio Campo Monteiro**
Corregedor-Geral

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo**
Ouvidor

Conselheiro **Sérgio de Paula**
Diretor-Geral da ESCOEX

Conselheiros
Waldir Neves Barbosa
Ronaldo Chadid

Conselheiros Substitutos
Coordenador - **Leandro Lobo Ribeiro Pimentel**
Subcoordenadora - **Patrícia Sarmento dos Santos**
Célio Lima de Oliveira

Ministério Público de Contas

Procurador-Geral de Contas
João Antônio de Oliveira Martins Júnior

Procurador-Geral Adjunto
Matheus Henrique Pleutim de Miranda

Corregedor-Geral
Joder Bessa e Silva

Corregedor-Geral Substituto
Bryan Lucas Reichert Palmeira

Elaboração

Ariene Rezende do Carmo Castro
Anahi Philbois
Isabel Cristiane Loureiro de Almeida
Roberto Manvailer Munhoz

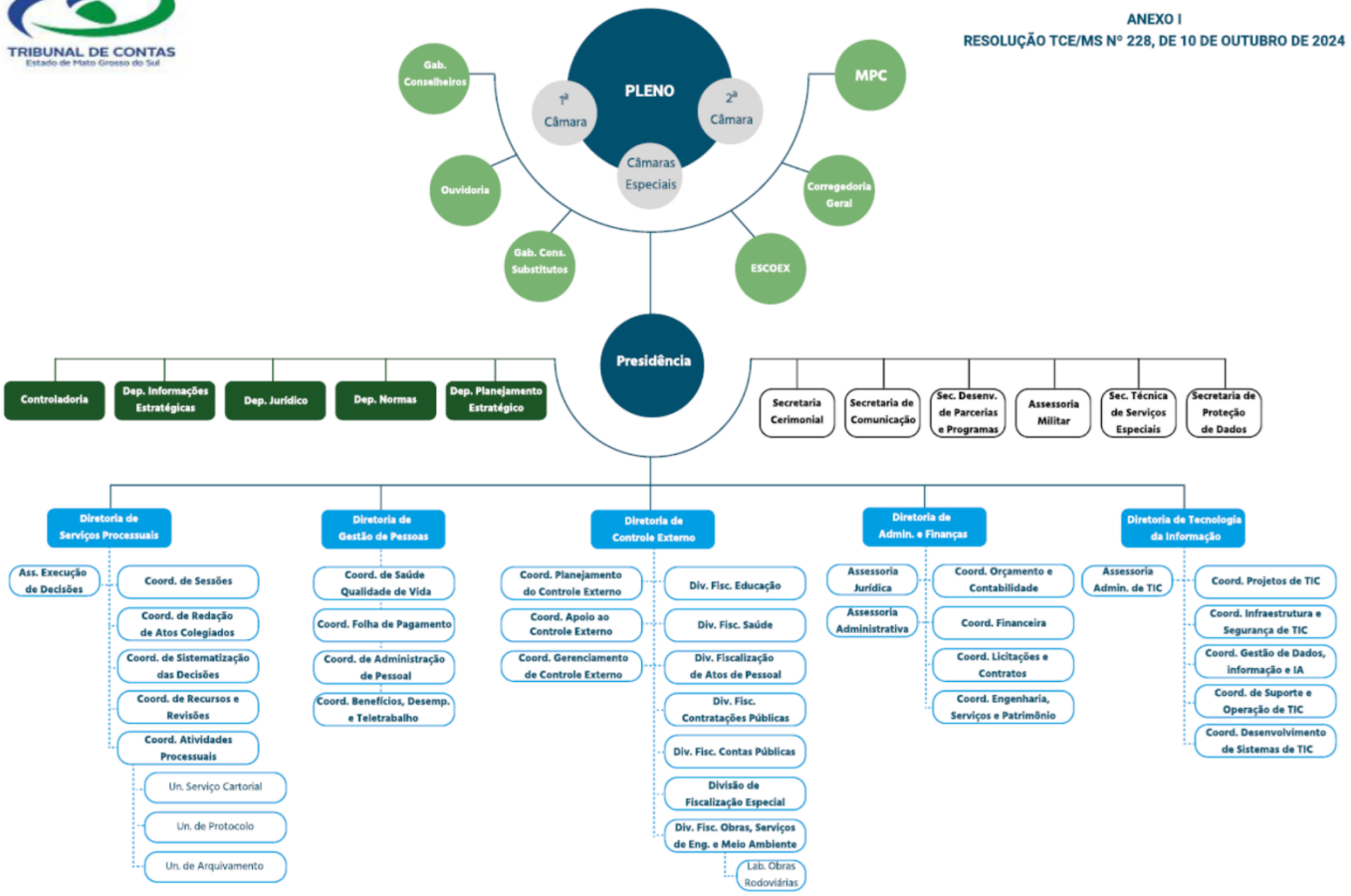
Sumário

Organograma 04
Identidade Estratégica 05
Mapa Estratégico 06
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 07
Monitoramento do Planejamento Estratégico 08
Tribunal em Números 11
Controle Externo 13
Diretoria de Serviços Processuais 20
Ouvidoria 24
Corregedoria-Geral 27
Diretoria de Administração e Finanças 28
Normas do TCE-MS 35
Tecnologia da Informação 36
Departamento Jurídico 37
Gestão de Pessoas 38
Secretaria de Proteção de Dados 39
Controladoria 40
Escoex 41
Secretaria de Comunicação 42

TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

ORGANOGRAMA

ANEXO I
RESOLUÇÃO TCE/MS Nº 228, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024



Planejamento Estratégico

O Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul, através da Diretoria de Planejamento Estratégico (DPE) desenvolveu metodologia analítica e moderna para definir os parâmetros do **4º Ciclo de Planejamento Estratégico** com vistas ao período de **2026 a 2029**.

Utilizando-se de diferentes bases de dados, internas e externas, fundamentou sua programação de médio prazo em 3 pilares: **inovação, comunicação e sustentabilidade.**

Esses pilares foram coordenados em **6 objetivos estratégicos** que guiarão todas as ações com a finalidade principal de **gerar valor público para a sociedade,** conforme representação gráfica**:**



MAPA ESTRATÉGICO 2026-2029



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)

O TCE/MS direciona seu Planejamento Estratégico 2026-2029 e, consequentemente, suas açõespara o cumprimento da Agenda 2030, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais buscam erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que a sociedade desfrute de paz e prosperidade.



Monitoramento do Planejamento Estratégico

Sistema de Gestão de Projetos

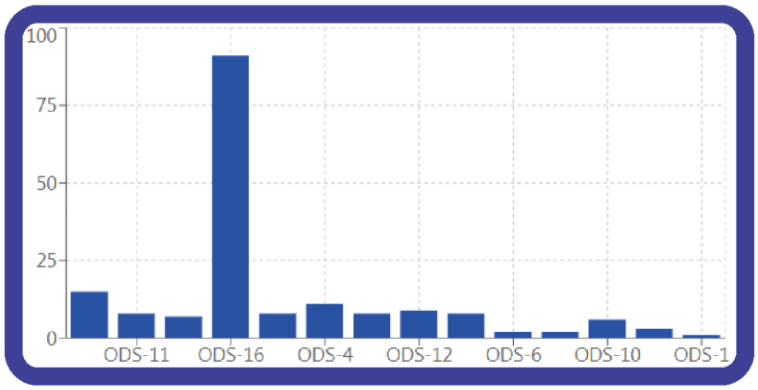
Atualmente o Planejamento Estratégico monitora o progresso de **139 projetos** em desenvolvimento no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Total de Projetos	Em Andamento	Aguardando	Encerrados	Atrasados	Cancelados
139	58	5	23	2	1
Ciclo 2026-2029	Em execução com marcos	Em execução sem marcos	Concluídos no ciclo	Em execução fora do prazo	Cancelados ou pausados

Progresso de projetos por Objetivo Estratégico



Projetos por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Relatório de Atividades do TCE-MS

3º Trimestre - 2026

Acompanhamento de Indicadores-Chave de Desempenho e OKRs

Aprendizado **Processos** **Orçamento** **Valor Sociedade**

1.1 — Fortalecer Competências Técnicas e Operacionais

Aprendizado e Crescimento

Resultado Esperado: Equipe altamente capacitada e preparada para atuar em áreas estratégicas e complexas com excelência técnica

Indicadores (KPIs) - 2

1.1.1 — Índice de Capacitação de Servidores pela Escoex

Evolução do número de servidores capacitados em ações da Escoex - avanço da qualificação do corpo técnico.

574 servidores **▼14.8%** trimestral

1.1.2 — Abrangência das Ações Educacionais da Escoex

Ampliação da oferta de capacitações/temáticas da Escoex

11 ações **▼8.3%** trimestral

1.2 — Modernizar Infraestrutura Tecnológica e Gestão da Informação

Aprendizado e Crescimento

Resultado Esperado: Infraestrutura tecnológica robusta e moderna que suporta a atuação estratégica e baseada em dados

Indicadores (KPIs) - 2

1.2.1 — Taxa de Resolução de Chamados de TI

Eficiência/capacidade de resposta da área de tecnologia às demandas internas (proxy de modernização operacional)

98,06% **▲ 2.7%** trimestral

1.2.2 — Índice de Ações de Governança e Proteção de Dados

Volume de ações de conformidade/governança de dados (LGPD) executadas pela SEPROD

10 ações **▼89.9%** trimestral

2.1 — Garantir Padronização e Qualidade dos Produtos e Serviços

Processos Internos

Resultado Esperado: Produtos e serviços padronizados, com alta qualidade e conformidade com as melhores práticas

Indicadores (KPIs) - 2

2.1.1 — Taxa de Conclusão das Fiscalizações

Proporção de fiscalizações concluídas em relação ao total em andamento no período (proxy de efetividade/conformidade)

37,50% **▼ 12.5%** trimestral

2.1.2 — Índice de Celeridade Processual

Ritmo de julgamento de processos em relação ao estoque acumulado (proxy de tempo de tramitação)

11,89% **▼19.5%** rimestral

Aprendizado Processos Orçamento Valor Sociedade

3.1 — Aprimorar Governança Interna e Gestão de Pessoas

Orçamento e Finanças

Resultado Esperado: Governança interna robusta com equipes engajadas e alinhadas aos objetivos institucionais

Indicadores (KPIs) - 2

3.1.1 — Índice de Engajamento Organizacional (Pesquisa de Clima)
Percepção dos servidores sobre liderança, equipe, práticas de gestão de pessoas e senso de pertencimento - Pesquisa de Clima e Cultura 2026
79,40% anual

3.1.2 — Iniciativas de Modernização Entregues
Entregas de melhorias/inovação de gestão e de projetos de TI concluídos no período
28 iniciativas ▲ 64.7% trimestral

4.1 — Intensificar Comunicação Institucional e Relacionamento Externo

Valor para a Sociedade

Resultado Esperado: Atuação coligada, em linguagem uniforme entre as áreas do Tribunal de Contas, fortalecendo a imagem institucional e gerando cadeia de valores e resultados perceptíveis para a sociedade.

Indicadores (KPIs) - 2

4.1.1 — Índice de Satisfação da Sociedade (Ouvidoria)
Percepção dos cidadãos atendidos pela Ouvidoria sobre o atendimento recebido
99% ▲ 10.0% trimestral

4.1.2 — Alcance da Comunicação Institucional Externa
Volume de conteúdo institucional positivo levado à sociedade
906 publicações/produções ▲ 36.2% trimestral

4.2 — Focar em Atuação Estratégica e Preventiva

Valor para a Sociedade

Resultado Esperado: TCE-MS reconhecido pela atuação preventiva, proativa e orientada por dados

Indicadores (KPIs) - 2

4.2.1 — Valor Fiscalizado pelo Controle Externo
Volume de recursos públicos sob fiscalização do TCE-MS, incluindo multas aplicadas (proxy de valor público)
R$ 5.507.240.091,90 ▲ 210.7% trimestral

4.2.2 — Índice de Atuação Preventiva (Cautelares)
Participação de medidas cautelares concedidas em relação ao volume de análises em controle prévio do período
5,62% ▼ 58.2% trimestral

Tribunal em Números

Fonte: Relatório de Resultado de Celeridade - Painel TCE-MS



13.652
Estoque de Processos



96
Fiscalizações Realizadas



208
Processos Autuados



1.623
Processos Julgados



70
Multas Aplicadas
R$ 202.299,50



14
Cautelares Expedidas

Relatório de Atividades do TCE-MS

3º Trimestre - 2026

Mapa dos Jurisdicionados 2025 - 2026

- Grupo I
- Grupo II
- Grupo III
- Grupo VI
- Grupo V
- Grupo IV





13

Fiscalizações de Atos de Pessoal



19

Fiscalizações de Contratações Públicas



10

Auditorias Especiais



11

Fiscalizações de Saúde



14

Fiscalizações em Obras



15

Fiscalizações em Educação



14

Fiscalizações de Contas Públicas



36

Total de Fiscalizações Concluídas

R$ 5.507.037.792,40 + U$ 28.500.000,00

Valor Fiscalizado

Controle Externo

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

63
Análises de Controle Prévio

5
Cautelares Concedidas

7
Fiscalizações Concluídas

53
Denúncias e representações recebidas

12
Fiscalizações Em execução

34
Denúncias e representações analisadas

102
Processos Analisados

Valor Fiscalizado

R$ 91.649.039,63

Fiscalização Destaque

Auditoria sobre os Planos de Logística Sustentável (PLS), realizada nos 79 municípios. A fiscalização avaliou a institucionalização desses instrumentos, sua integração com o planejamento e as contratações públicas e os mecanismos de implementação e monitoramento. O relatório, concluído em setembro de 2026, apresenta diagnóstico e propostas de aprimoramento da sustentabilidade nas contratações municipais.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÕES ESPECIAIS



2
Fiscalizações Concluídas



8
Fiscalizações Em execução

Valor Fiscalizado

R$ 946.479.994,00

Fiscalização Destaque

Verificar o cumprimento da legislação de acessibilidade nos prédios públicos, mediante a avaliação da observância dos requisitos e critérios estabelecidos para assegurar condições adequadas de acesso, circulação e utilização dos espaços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO

28
Análises de Controle Prévio

1
Cautelares Concedidas

5
Fiscalizações Concluídas

4
Denúncias e representações recebidas

10
Fiscalizações Em execução

6
Denúncias e representações analisadas

Valor Fiscalizado no Controle Prévio

R$ 143.520.002,14

Valor Fiscalizado

R$ 23.713.732,54

Fiscalização Destaque

Examinar as políticas, programas e ações desenvolvidas pelo ente jurisdicionado voltadas à promoção da educação antirracista e à prevenção e ao enfrentamento da violência contra mulheres e meninas no ambiente escolar, com especial atenção às iniciativas de formação continuada de docentes nessas temáticas.

DIVISÃO DE CONTAS PÚBLICAS



5
Fiscalizações Concluídas



13
Denúncias e representações recebidas



9
Fiscalizações Em execução



11
Denúncias e representações analisadas

Valor Fiscalizado

R$ 300.852.278,90

Fiscalização Destaque

Processo legislativo orçamentário e execução de emendas parlamentares estaduais e municipais

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE



102
Análises de Controle Prévio



6
Cautelares Concedidas



6
Fiscalizações Concluídas



40
Denúncias e representações recebidas



8
Fiscalizações Em execução



30
Denúncias e representações analisadas



183
Processos Analisados

Valor Fiscalizado no Controle Prévio

R$ 730.888.794,42



3
Laboratório de Obras Rodoviárias

Valor Fiscalizado

R$ 1.283.015.161,43
+ U$ 28.500.000,00

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE PESSOAL



6
Fiscalizações Concluídas



15
Denúncias e representações recebidas



7
Fiscalizações Em execução



26
Denúncias e representações analisadas



924
Processos Analisados

Valor Fiscalizado

R$ 131.542.149,02

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM SAÚDE

56
Análises de Controle Prévio

2
Cautelares Concedidas

5
Fiscalizações Concluídas

17
Denúncias e representações recebidas

6
Fiscalizações Em execução

33
Denúncias e representações analisadas

261
Processos Analisados

Valor Fiscalizado no Controle Prévio

R$ 258.239.542,20

Valor Fiscalizado

R$ 148.498.250,88

Fiscalização Destaque

Atenção Primária - unidades de saúde em Dourados; MS Digital - levantamento nos 79 municípios

Diretoria de Serviços Processuais

Sessões Plenárias

	JUL		AGO		SET		TOTAL		
CONVOCAÇÃO	CAM	PLEN	CAM	PLEN	CAM	PLEN			
ORDINÁRIA	2	1	8	2	6	2	21		
RESERVADA	2	0	8	1	4	1	16		
TOTAL I	**4**	**1**	**16**	**3**	**10**	**3**			
TOTAL II(CAM+PLEN)	**5**		**19**		**13**		**37**		

Processos Julgados

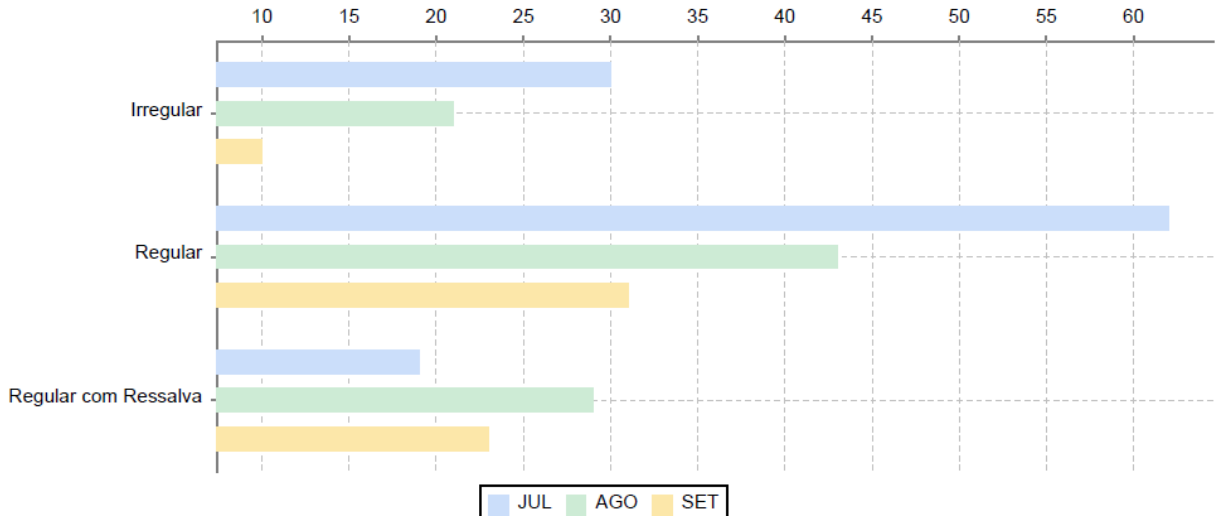
	JUL		AGO		SET		TOTAL		
ASSUNTO	CAM	PLEN	CAM	PLEN	CAM	PLEN			
TOTAL I	**85**	**16**	**97**	**40**	**33**	**13**			
TOTAL II(CAM+PLEN)	**101**		**137**		**47**		**284**		

Resultado dos Julgamentos - Parecer Prévio

		JUL	AGO	SET	TOTAL
Favorável	PREFEITURA MUNICIPAL	2	1	4	7
TOTAL		**2**	**1**	**4**	**7**

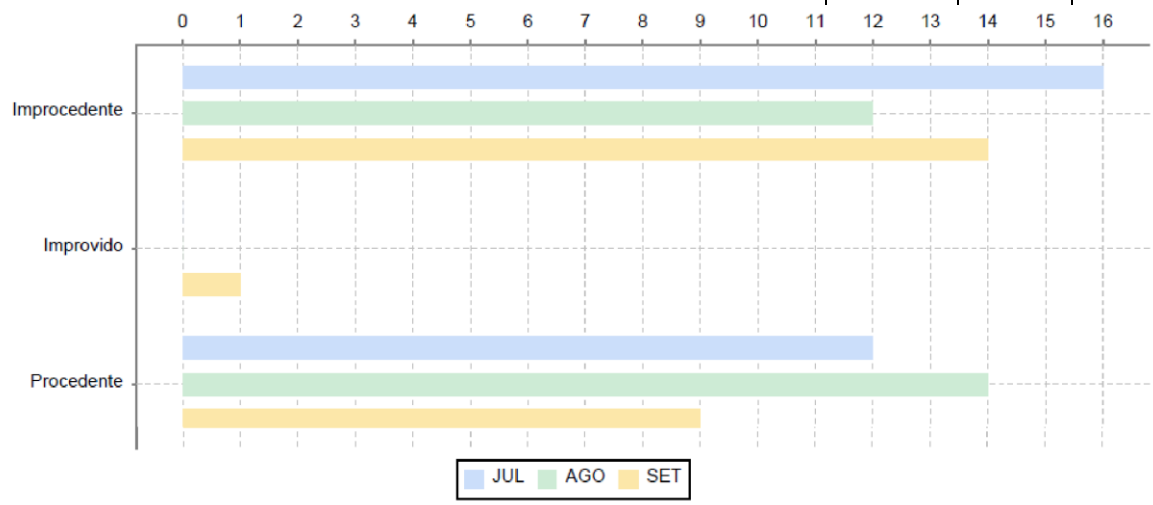
Resultado dos Julgamentos - Prestação de Contas de Gestão

	JUL	AGO	SET	TOTAL
TOTAL	111	93	64	268



Resultado dos Julgamentos - Recursos

	JUL	AGO	SET	TOTAL
TOTAL	28	26	24	78

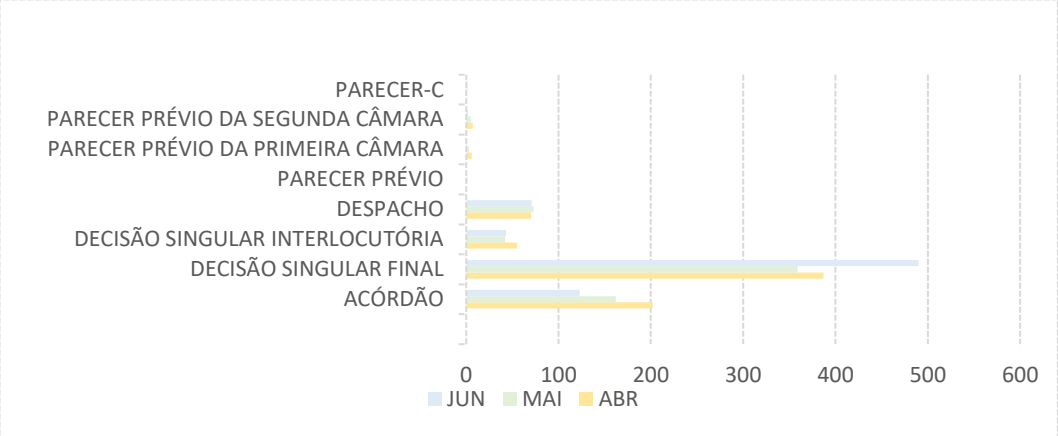


Resultado dos Julgamentos - Processo Julgado - Multas

	JUL	AGO	SET	TOTAL
TOTAL	66	60	35	161

Publicações

	JUL	AGO	SET	TOTAL
TOTAL	677	616	583	1876



Processos Autuados

	JUL	AGO	SET	TOTAL
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	22	10	18	50
PROCESSOS TÉCNICOS	290	421	219	930
TOTAL	312	431	237	980

Processos Distribuídos a Conselheiros

	JUL	AGO	SET	TOTAL
CONSELHEIRO WALDIR NEVES BARBOSA	38	26	25	89
CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES	28	17	19	64
CONSELHEIRO RONALDO CHADID	29	24	9	62
CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO	87	24	24	135
CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS	17	1	1	19
CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO	42	19	23	84
CONSELHEIRO SÉRGIO DE PAULA	41	11	8	60
CONSELHEIRO PRESIDÊNCIA	9	277	92	378
TOTAL	291	399	201	891

Processos Distribuídos a Conselheiros Substitutos

	JUL	AGO	SET	TOTAL
CONSELHEIRO SUBSTITUTO CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA	104	35	96	235
CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL	90	17	107	214
CONSELHEIRA SUBSTITUTO PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS	76	22	95	193
TOTAL	270	74	298	642

Processos Distribuídos ao Gabinete da Presidência

	JUL	AGO	SET	TOTAL
ANÁLISES				
DESPACHO	34	30	35	99
TOTAL	34	30	35	99

Ouvidoria

- **Em 24/07/2026** – Ouvidoria, juntamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação e com o Departamento de Informações Estratégicas participou da mudança de layout do Portal do Sistema Eletrônico de Serviço ao Cidadão (s-SIC) (https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8389/tce-ms-moderniza-pagina-do-e-sic-reforcando-transparencia-e-o-acesso-a-informacao)

- **Em 26/08/2026** – O Ouvidor do TCE-MS participou do Encontro Nacional de Ouvidorias, com o tema "Um encontro de todas as vozes" (https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8414/presidente-e-ouvidor-do-tce-ms-participam-do-encontro-nacional-de-ouvidorias)

- **Em 21/09/2026** – A Ouvidoria participou ativamente da elaboração Cartilha de Boas Práticas para Atendimento às Pessoas com Deficiência, disponibilizada no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09) (https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8430/cartilha-de-boas-praticas-para-atendimento-as-pessoas-com-deficiencia-esta-disponivel-no-portal-do-tce-ms)

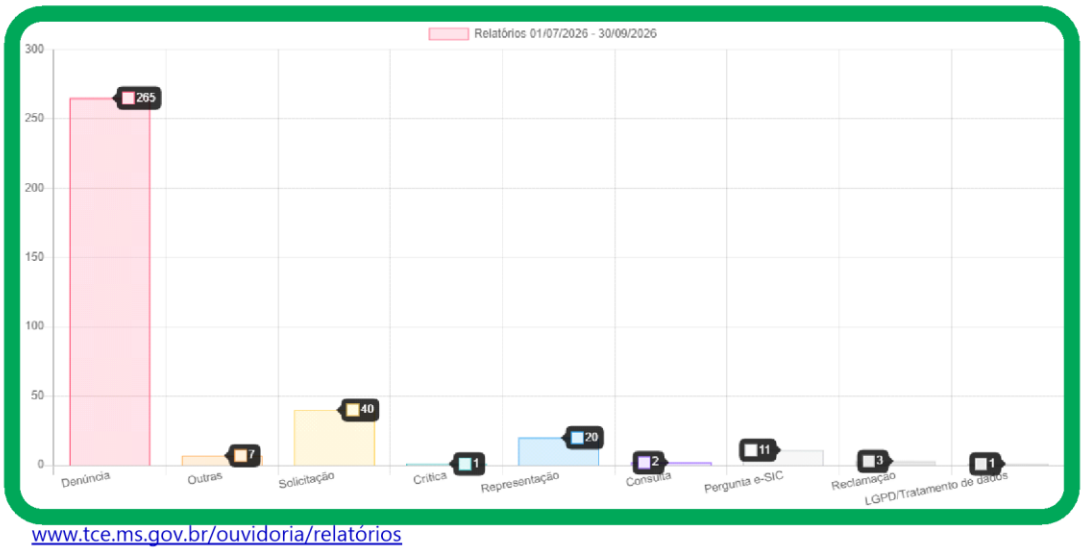
- **Em 24/09/2026** - O Coordenador da Secretaria Executiva da Ouvidoria participou do ENCCO 2026 Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas (https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8431/tce-ms-participa-do-encco-2026-e-debate-o-futuro-do-controle-publico-no-brasil)

- **Em 30/09/2026** – Dois projetos desenvolvidos pela Ouvidoria do Tribunal: o ***"Guia Prático para Implantação de Ouvidoria Municipal"*** e o ***"Guia Ouvidoria e Transparência"*** foram destacados no livro ***"Transparência, Controle Social e Participação Cidadã",*** lançado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em Florianópolis, durante o Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas (ENCCO) (https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8438/tce-ms-e-destaque-em-livro-sobre-transparencia-controle-social-e-participacao-cidada)

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

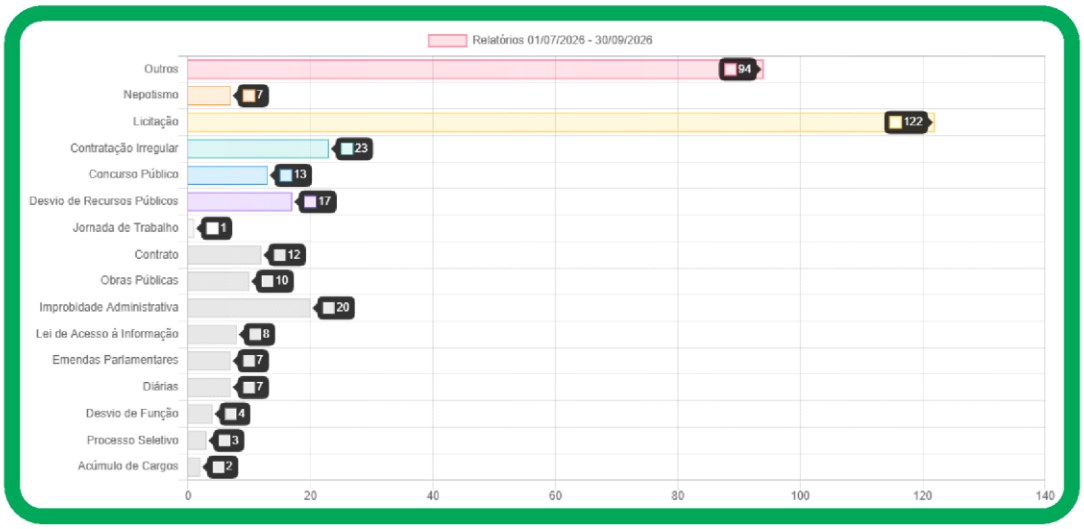
A Ouvidoria do TCE-MS, durante os meses de julho a setembro de 2026, recebeu **350 (trezentos e cinquenta) manifestações**, realizando aproximadamente **380 despachos**, sendo elas:

Tipos das Manifestações



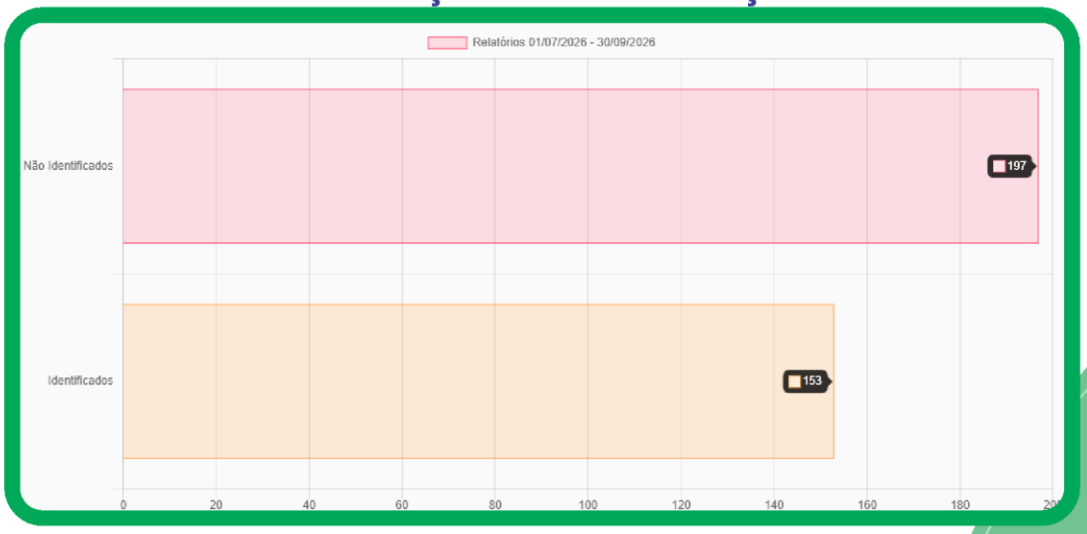
www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatórios

Assunto das Manifestações



www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatórios

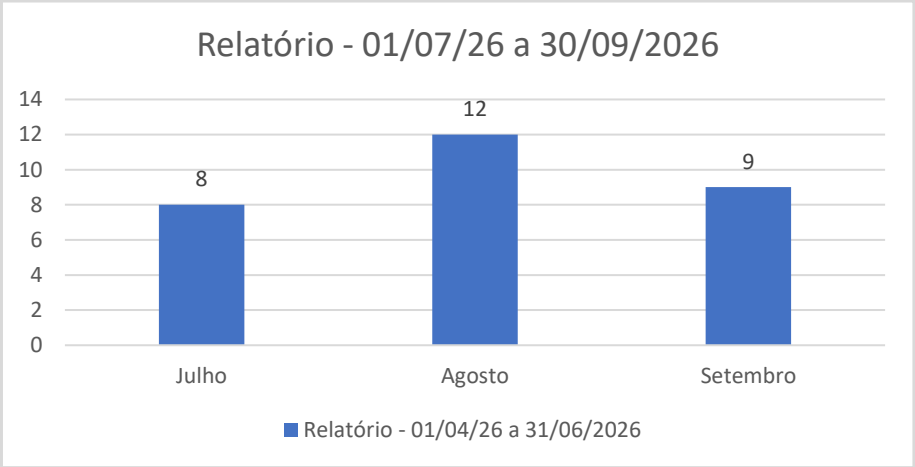
Identificação das Manifestações



www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatórios

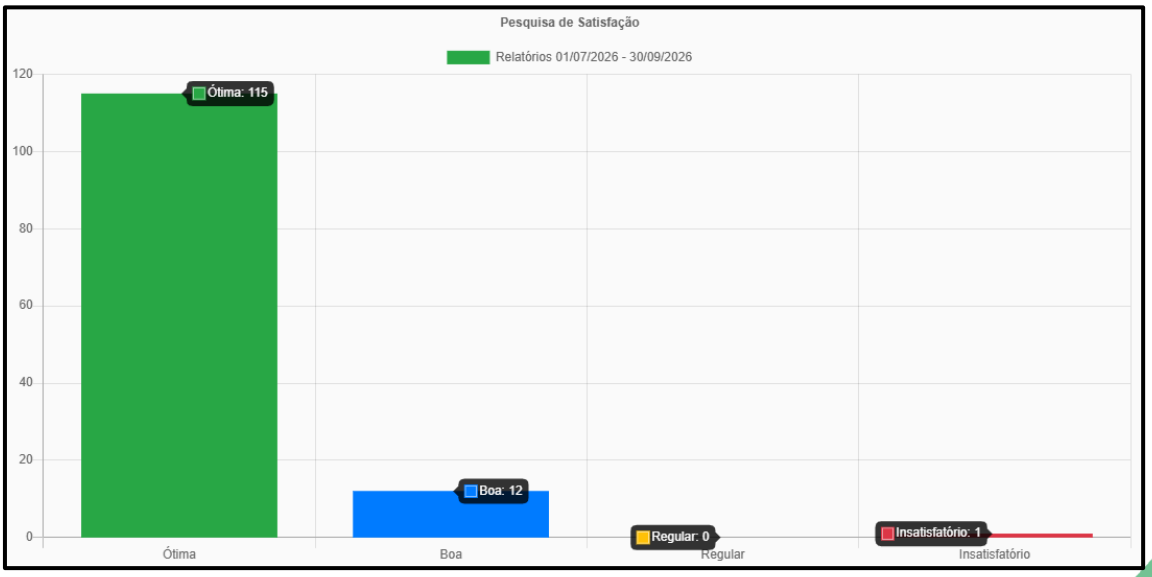
ATENDIMENTO RESOLVIDO SEM AUTUAÇÃO PROCESSUAL

Nos meses de abril a junho de 2026 foram encaminhadas **29 (vinte e nove) solicitações** por e-mail, solucionadas sem a necessidade de autuação processual, número que reforça a eficácia do atendimento da Ouvidoria do TCE-MS.



PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria do TCE-MS **recebeu avaliações espontâneas de 128 (cento e vinte e oito) usuários** sobre os serviços disponibilizados aos cidadãos. Deste total, 99% dos usuários classificaram o serviço como "ótimo" ou "bom", conforme detalhado no quadro abaixo:



Corredegoria-Geral

- Relatórios estatísticos mensais.

- Atualização de procedimentos e critérios para a avaliação de desempenho dos servidores dos quadros de pessoal do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul durante o estágio probatório..

- **Campanha periódica** de conduta ética por meio da divulgação de e-mails e pop-ups a todos os servidores, abordando os "Direitos, deveres e vedações" presentes no **Código de Conduta Ética**.

- Participação no **Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas (ENCOO 2026)**, instituído pelo Instituto Rui Barbosa e realizado pelo TCE/SC com o tema "Governança, Integridade, Participação e Controle Social: o futuro do controle no Brasil". Assinatura da Carta Compromisso das Corregedorias.

- Em cumprimento de sua finalidade e competências, foram acompanhadas as atividades desenvolvidas dos seguintes órgãos Colegiados: **Comissão de Ética, Comitê de Avaliação e Preservação de Documentos (CDOC), Comissão do Estágio Probatório, Comissão de Processo Disciplinar, Comitê Técnico de Prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação, Comitê de Segurança da Informação, Comitê de Gestão Tática e a Comissão para Implementação de Inteligência Artificial (CIA).**

Diretoria de Administração e Finanças

Republiquem-se os Anexos 1, 2, 7 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, em atendimento ao disposto no §2º do art. 159 da Constituição Estadual.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre[1]	Até o Bimestre[2] (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	386.319.300,00	396.319.300,00	23.751.710,88	315.725.130,68	80.594.169,32	54.494.478,82	171.001.490,69	225.317.809,31	169.531.568,57	0,00
DESPESAS CORRENTES	373.619.300,00	383.619.300,00	23.620.295,52	303.461.753,92	80.157.546,08	52.538.897,52	166.580.579,92	217.038.720,08	165.110.657,80	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	179.734.000,00	179.734.000,00	1.576.216,92	150.688.033,87	29.045.966,13	26.604.121,71	78.520.919,29	101.213.080,71	77.509.206,51	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.885.300,00	203.885.300,00	22.044.078,60	152.773.720,05	51.111.579,95	25.934.775,81	88.059.660,63	115.825.639,37	87.601.451,29	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.700.000,00	12.700.000,00	131.415,36	12.263.376,76	436.623,24	1.955.581,30	4.420.910,77	8.279.089,23	4.420.910,77	0,00
INVESTIMENTOS	12.700.000,00	12.700.000,00	131.415,36	12.263.376,76	436.623,24	1.955.581,30	4.420.910,77	8.279.089,23	4.420.910,77	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	57.700.000,00	57.700.000,00	8.442.211,56	24.759.823,39	32.940.176,61	8.442.211,56	24.759.823,39	32.940.176,61	24.757.339,53	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**444.019.300,00**	**454.019.300,00**	**32.193.922,44**	**340.484.954,07**	**113.534.345,93**	**62.936.690,38**	**195.761.314,08**	**258.257.985,92**	**194.288.908,10**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**444.019.300,00**	**454.019.300,00**	**32.193.922,44**	**340.484.954,07**	**113.534.345,93**	**62.936.690,38**	**195.761.314,08**	**258.257.985,92**	**194.288.908,10**	**0,00**
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**444.019.300,00**	**454.019.300,00**	**32.193.922,44**	**340.484.954,07**	**113.534.345,93**	**62.936.690,38**	**195.761.314,08**	**258.257.985,92**	**194.288.908,10**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 22/07/2026.
NOTA:
[1]Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
[2]A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre[1]	Até o Bimestre[2] (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	386.319.300,00	396.319.300,00	23.751.710,88	315.725.130,68	92,73	80.594.169,32	54.494.478,82	171.001.490,69	87,35	225.317.809,31	0,00
LEGISLATIVA	386.319.300,00	396.319.300,00	23.751.710,88	315.725.130,68	92,73	80.594.169,32	54.494.478,82	171.001.490,69	87,35	225.317.809,31	0,00
Controle Externo	386.319.300,00	396.319.300,00	23.751.710,88	315.725.130,68	92,73	80.594.169,32	54.494.478,82	171.001.490,69	87,35	225.317.809,31	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	57.700.000,00	57.700.000,00	8.442.211,56	24.759.823,39	7,27	32.940.176,61	8.442.211,56	24.759.823,39	12,65	32.940.176,61	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**444.019.300,00**	**454.019.300,00**	**32.193.922,44**	**340.484.954,07**	**100,00**	**113.534.345,93**	**62.936.690,38**	**195.761.314,08**	**100,00**	**258.257.985,92**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 22/07/2026.
NOTA:
[1]Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
[2]A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo[1]	
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)	(c)	(d)	e = (a + b) - (c + d)	Em exercícios anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f + g) - (i + j)	l = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.953.727,21	2.953.727,21	65.306,80	713,44	713,44
PODER LEGISLATIVO	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.953.727,21	2.953.727,21	65.306,80	713,44	713,44
Tribunal de Contas do Estado	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.953.727,21	2.953.727,21	65.306,80	713,44	713,44
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**1.175.635,89**	**1.175.635,89**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.019.747,45**	**2.953.727,21**	**2.953.727,21**	**65.306,80**	**713,44**	**713,44**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 22/07/2026.

NOTA:
[1]O montante de R$ 713,44 refere-se à empresa S/A O Estado de São Paulo.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) — Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	444.019.300,00
Dotação Atualizada	454.019.300,00
Despesas Empenhadas	340.484.954,07
Despesas Liquidadas	195.761.314,08
Despesas Pagas	194.288.908,10
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	340.484.954,07
Despesas Liquidadas	195.761.314,08

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.175.635,89	0,00	1.175.635,89	0,00
Poder Legislativo - Tribunal de Contas do Estado	1.175.635,89	0,00	1.175.635,89	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.019.747,45	65.306,80	2.953.727,21	713,44
Poder Legislativo - Tribunal de Contas do Estado	3.019.747,45	65.306,80	2.953.727,21	713,44
TOTAL	**4.195.383,34**	**65.306,80**	**4.129.363,10**	**713,44**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 22/07/2026.

Campo Grande-MS, 27 de julho de 2026.

Daniele Silveira Ciaparini
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

Republiquem-se os Anexos 1, 2, 7 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do TC, em atendimento ao disposto no §2º do art. 159 da Constituição Estadual.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A JUNHO 2026 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.995.900,00	2.995.900,00	523.378,35	17,47	2.262.683,98	75,53	733.216,02
RECEITAS CORRENTES	2.995.900,00	2.995.900,00	523.378,35	17,47	2.262.683,98	75,53	733.216,02
RECEITA PATRIMONIAL	2.357.000,00	2.357.000,00	420.047,64	17,82	1.622.652,77	68,84	734.347,23
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	299.700,00	299.700,00	52.057,24	17,37	153.934,64	51,36	145.765,36
Valores Mobiliários	1.165.100,00	1.165.100,00	367.990,40	31,58	1.178.913,38	101,19	-13.813,38
Cessão de Direitos	892.200,00	892.200,00	0,00	0,00	289.804,75	32,48	602.395,25
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	47.300,00	47.300,00	192,52	12,03	577,56	1,22	46.722,44
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.600,00	1.600,00	192,52	12,03	577,56	36,10	1.022,44
Outros Serviços	45.700,00	45.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.700,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	591.600,00	591.600,00	103.138,19	17,43	639.453,65	108,09	-47.853,65
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	591.600,00	591.600,00	103.138,19	17,43	639.453,65	108,09	-47.853,65
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**2.995.900,00**	**2.995.900,00**	**523.378,35**	**17,47**	**4.262.683,98**	**142,28**	**-1.266.783,98**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**2.995.900,00**	**2.995.900,00**	**523.378,35**	**17,47**	**4.262.683,98**	**142,28**	**-1.266.783,98**
DÉFICIT (VI)					2.154.620,88		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**2.995.900,00**	**2.995.900,00**	**523.378,35**		**6.417.304,86**		
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES		8.800.000,00			8.800.000,00		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		8.800.000,00			8.800.000,00		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre[1]	Até o Bimestre[2] (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.995.900,00	11.795.900,00	4.765.150,00	8.855.580,85	2.940.319,15	5.367.410,79	6.417.304,86	5.378.595,14	6.417.304,86	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.995.900,00	11.795.900,00	4.765.150,00	8.855.580,85	2.940.319,15	5.367.410,79	6.417.304,86	5.378.595,14	6.417.304,86	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.995.900,00	11.795.900,00	4.765.150,00	8.855.580,85	2.940.319,15	5.367.410,79	6.417.304,86	5.378.595,14	6.417.304,86	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	**2.995.900,00**	**11.795.900,00**	**4.765.150,00**	**8.855.580,85**	**2.940.319,15**	**5.367.410,79**	**6.417.304,86**	**5.378.595,14**	**6.417.304,86**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**2.995.900,00**	**11.795.900,00**	**4.765.150,00**	**8.855.580,85**	**2.940.319,15**	**5.367.410,79**	**6.417.304,86**	**5.378.595,14**	**6.417.304,86**	**0,00**
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**2.995.900,00**	**11.795.900,00**	**4.765.150,00**	**8.855.580,85**	**2.940.319,15**	**5.367.410,79**	**6.417.304,86**	**5.378.595,14**	**6.417.304,86**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 23/07/2026.
NOTA:
[1]Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
[2]A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A JUNHO 2026 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre[1]	Até o Bimestre[2]	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.995.900,00	11.795.900,00	4.765.150,00	8.855.580,85	100,00	2.940.319,15	5.367.410,79	6.417.304,86	100,00	5.378.595,14	0,00
LEGISLATIVA - FUNTC	2.995.900,00	11.795.900,00	4.765.150,00	8.855.580,85	100,00	2.940.319,15	5.367.410,79	6.417.304,86	100,00	5.378.595,14	0,00
Ação Legislativa	2.995.900,00	11.795.900,00	4.765.150,00	8.855.580,85	100,00	2.940.319,15	5.367.410,79	6.417.304,86	100,00	5.378.595,14	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**2.995.900,00**	**11.795.900,00**	**4.765.150,00**	**8.855.580,85**	**100,00**	**2.940.319,15**	**5.367.410,79**	**6.417.304,86**	**100,00**	**5.378.595,14**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 23/07/2026.
NOTA:
[1]Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
[2]A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A JUNHO 2026 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo[1]	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2025				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2025					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a + b) - (c + d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f + g) - (i + j)	l = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	2.087.094,72	2.087.094,72	55.443,31	70.060,49	70.060,49
PODER LEGISLATIVO												
FUNTC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	2.087.094,72	2.087.094,72	55.443,31	70.060,49	70.060,49
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.212.598,52**	**2.087.094,72**	**2.087.094,72**	**55.443,31**	**70.060,49**	**70.060,49**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 23/07/2026.
NOTA:

[1]O montante de R$ 70.060,49 refere-se à empresa Centro Bras. de Pesq. em Aval. e Selec. - CEBRASPE.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A JUNHO 2026 / BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) — Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	2.995.900,00
Previsão Atualizada	2.995.900,00
Receitas Realizadas	4.262.683,98
Déficit Orçamentário	2.154.620,88
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	8.800.000,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	2.995.900,00
Dotação Atualizada	11.795.900,00
Despesas Empenhadas	8.855.580,85
Despesas Liquidadas	6.417.304,86
Despesas Pagas	6.417.304,86
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	8.855.580,85
Despesas Liquidadas	6.417.304,86

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo - FUNTC	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.212.598,52	55.443,31	2.087.094,72	70.060,49
Poder Legislativo - FUNTC	2.212.598,52	55.443,31	2.087.094,72	70.060,49
TOTAL	**2.212.598,52**	**55.443,31**	**2.087.094,72**	**70.060,49**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 23/07/2026.

Campo Grande-MS, 27 de julho de 2026.

Daniele Silveira Ciaparini
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

Publiquem-se os Anexos 1, 2, 7 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, em atendimento ao disposto no §2º do art. 159 da Constituição Estadual.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre[1]	Até o Bimestre[2] (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	386.319.300,00	396.319.300,00	9.585.996,81	325.211.910,76	71.107.389,24	55.352.460,72	226.353.951,41	169.965.348,59	224.941.096,87	0,00
DESPESAS CORRENTES	373.619.300,00	383.619.300,00	9.562.926,81	312.925.464,00	70.693.836,00	53.175.086,86	219.755.666,78	163.863.633,22	218.342.812,24	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	179.734.000,00	179.734.000,00	1.282.309,72	151.970.343,59	27.763.656,41	26.347.443,56	104.868.362,85	74.865.637,15	103.914.896,69	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.885.300,00	203.885.300,00	8.280.617,09	160.955.120,41	42.930.179,59	26.827.643,30	114.887.303,93	88.997.996,07	114.427.915,55	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.700.000,00	12.700.000,00	23.070,00	12.286.446,76	413.553,24	2.177.373,86	6.598.284,63	6.101.715,37	6.598.284,63	0,00
INVESTIMENTOS	12.700.000,00	12.700.000,00	23.070,00	12.286.446,76	413.553,24	2.177.373,86	6.598.284,63	6.101.715,37	6.598.284,63	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	57.700.000,00	57.700.000,00	8.491.547,06	33.251.370,45	24.448.629,55	8.491.547,06	33.251.370,45	24.448.629,55	33.249.056,45	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**444.019.300,00**	**454.019.300,00**	**18.077.543,87**	**358.463.281,21**	**95.556.018,79**	**63.844.007,78**	**259.605.321,86**	**194.413.978,14**	**258.190.153,32**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**444.019.300,00**	**454.019.300,00**	**18.077.543,87**	**358.463.281,21**	**95.556.018,79**	**63.844.007,78**	**259.605.321,86**	**194.413.978,14**	**258.190.153,32**	**0,00**
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**444.019.300,00**	**454.019.300,00**	**18.077.543,87**	**358.463.281,21**	**95.556.018,79**	**63.844.007,78**	**259.605.321,86**	**194.413.978,14**	**258.190.153,32**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 21/09/2026.
NOTA:
[1]Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
[2]A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre[1]	Até o Bimestre[2] (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	386.319.300,00	396.319.300,00	9.585.996,81	325.211.910,76	90,72	71.107.389,24	55.352.460,72	226.353.951,41	87,19	169.965.348,59	0,00
LEGISLATIVA	386.319.300,00	396.319.300,00	9.585.996,81	325.211.910,76	90,72	71.107.389,24	55.352.460,72	226.353.951,41	87,19	169.965.348,59	0,00
Controle Externo	386.319.300,00	396.319.300,00	9.585.996,81	325.211.910,76	90,72	71.107.389,24	55.352.460,72	226.353.951,41	87,19	169.965.348,59	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	57.700.000,00	57.700.000,00	8.491.547,06	33.251.370,45	9,28	24.448.629,55	8.491.547,06	33.251.370,45	12,81	24.448.629,55	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**444.019.300,00**	**454.019.300,00**	**18.077.543,87**	**358.463.281,21**	**100,00**	**95.556.018,79**	**63.844.007,78**	**259.605.321,86**	**100,00**	**194.413.978,14**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 21/09/2026.
NOTA:
[1]Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
[2]A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)	(c)	(d)	e = (a + b) - (c + d)	Em exercícios anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f + g) - (i + j)	l = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.954.440,65	2.954.440,65	65.306,80	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.954.440,65	2.954.440,65	65.306,80	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Estado	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.954.440,65	2.954.440,65	65.306,80	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**1.175.635,89**	**1.175.635,89**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.019.747,45**	**2.954.440,65**	**2.954.440,65**	**65.306,80**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 21/09/2026.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) — Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	444.019.300,00
Dotação Atualizada	454.019.300,00
Despesas Empenhadas	358.463.281,21
Despesas Liquidadas	259.605.321,86
Despesas Pagas	258.190.153,32
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	358.463.281,21
Despesas Liquidadas	259.605.321,86

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.175.635,89	0,00	1.175.635,89	0,00
Poder Legislativo - Tribunal de Contas do Estado	1.175.635,89	0,00	1.175.635,89	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.019.747,45	65.306,80	2.954.440,65	0,00
Poder Legislativo - Tribunal de Contas do Estado	3.019.747,45	65.306,80	2.954.440,65	0,00
TOTAL	**4.195.383,34**	**65.306,80**	**4.130.076,54**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 21/09/2026.

Campo Grande-MS, 28 de setembro de 2026.

Daniele Silveira Ciaparini
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

Publiquem-se os Anexos 1, 2, 7 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do TC, em atendimento ao disposto no §2º do art. 159 da Constituição Estadual.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A AGOSTO 2026 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.995.900,00	2.995.900,00	577.016,76	19,26	2.839.700,74	94,79	156.199,26
RECEITAS CORRENTES	2.995.900,00	2.995.900,00	577.016,76	19,26	2.839.700,74	94,79	156.199,26
RECEITA PATRIMONIAL	2.357.000,00	2.357.000,00	373.927,66	15,86	1.996.580,43	84,71	360.419,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	299.700,00	299.700,00	53.175,78	17,74	207.110,42	69,11	92.589,58
Valores Mobiliários	1.165.100,00	1.165.100,00	320.751,88	27,53	1.499.665,26	128,72	-334.565,26
Cessão de Direitos	892.200,00	892.200,00	0,00	0,00	289.804,75	32,48	602.395,25
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	47.300,00	47.300,00	240,40	15,03	817,96	1,73	46.482,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.600,00	1.600,00	240,40	15,03	817,96	51,12	782,04
Outros Serviços	45.700,00	45.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.700,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	591.600,00	591.600,00	202.848,70	34,29	842.302,35	142,38	-250.702,35
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	591.600,00	591.600,00	202.848,70	34,29	842.302,35	142,38	-250.702,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**2.995.900,00**	**2.995.900,00**	**577.016,76**	**19,26**	**4.839.700,74**	**161,54**	**-1.843.800,74**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**2.995.900,00**	**2.995.900,00**	**577.016,76**	**19,26**	**4.839.700,74**	**161,54**	**-1.843.800,74**
DÉFICIT (VI)					2.573.534,79		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**2.995.900,00**	**2.995.900,00**	**577.016,76**		**7.413.235,53**		
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES		8.800.000,00			8.800.000,00		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		8.800.000,00			8.800.000,00		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre[1]	Até o Bimestre[2] (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.995.900,00	11.795.900,00	525.920,00	9.381.000,85	2.414.899,15	995.930,67	7.413.235,53	4.382.664,47	7.413.235,53	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.995.900,00	11.795.900,00	525.920,00	9.381.000,85	2.414.899,15	995.930,67	7.413.235,53	4.382.664,47	7.413.235,53	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.995.900,00	11.795.900,00	525.920,00	9.381.000,85	2.414.899,15	995.930,67	7.413.235,53	4.382.664,47	7.413.235,53	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	**2.995.900,00**	**11.795.900,00**	**525.920,00**	**9.381.000,85**	**2.414.899,15**	**995.930,67**	**7.413.235,53**	**4.382.664,47**	**7.413.235,53**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**2.995.900,00**	**11.795.900,00**	**525.920,00**	**9.381.000,85**	**2.414.899,15**	**995.930,67**	**7.413.235,53**	**4.382.664,47**	**7.413.235,53**	**0,00**
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**2.995.900,00**	**11.795.900,00**	**525.920,00**	**9.381.000,85**	**2.414.899,15**	**995.930,67**	**7.413.235,53**	**4.382.664,47**	**7.413.235,53**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 21/09/2026.
NOTA:
[1]Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
[2]A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A AGOSTO 2026 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre[1]	Até o Bimestre[2]	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.995.900,00	11.795.900,00	525.920,00	9.381.000,85	100,00	2.414.899,15	995.930,67	7.413.235,53	100,00	4.382.664,47	0,00
LEGISLATIVA - FUNTC	2.995.900,00	11.795.900,00	525.920,00	9.381.000,85	100,00	2.414.899,15	995.930,67	7.413.235,53	100,00	4.382.664,47	0,00
Ação Legislativa	2.995.900,00	11.795.900,00	525.920,00	9.381.000,85	100,00	2.414.899,15	995.930,67	7.413.235,53	100,00	4.382.664,47	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**2.995.900,00**	**11.795.900,00**	**525.920,00**	**9.381.000,85**	**100,00**	**2.414.899,15**	**995.930,67**	**7.413.235,53**	**100,00**	**4.382.664,47**	**0,00**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 21/09/2026.
NOTA:
[1]Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
[2]A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A AGOSTO 2026 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo[1]	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2025				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2025					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a + b) - (c + d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f + g) - (i + j)	l = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	2.087.094,72	2.087.094,72	55.443,31	70.060,49	70.060,49
PODER LEGISLATIVO												
FUNTC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	2.087.094,72	2.087.094,72	55.443,31	70.060,49	70.060,49
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.212.598,52**	**2.087.094,72**	**2.087.094,72**	**55.443,31**	**70.060,49**	**70.060,49**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 21/09/2026.
NOTA:
[1]O montante de R$ 70.060,49 refere-se à empresa Centro Bras. de Pesq. em Aval. e Selec. - CEBRASPE.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A AGOSTO 2026 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) — Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	2.995.900,00
Previsão Atualizada	2.995.900,00
Receitas Realizadas	4.839.700,74
Déficit Orçamentário	2.573.534,79
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	8.800.000,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	2.995.900,00
Dotação Atualizada	11.795.900,00
Despesas Empenhadas	9.381.000,85
Despesas Liquidadas	7.413.235,53
Despesas Pagas	7.413.235,53
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	9.381.000,85
Despesas Liquidadas	7.413.235,53

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo - FUNTC	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.212.598,52	55.443,31	2.087.094,72	70.060,49
Poder Legislativo - FUNTC	2.212.598,52	55.443,31	2.087.094,72	70.060,49
TOTAL	**2.212.598,52**	**55.443,31**	**2.087.094,72**	**70.060,49**

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 21/09/2026.

Campo Grande-MS, 28 de setembro de 2026.

Daniele Silveira Ciaparini
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO - 2º QUADRIMESTRE/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**25.410.935,84**	**24.975.312,27**	**24.908.349,17**	**50.706.834,60**	**26.941.042,45**	**25.660.411,35**	**25.956.208,78**	**26.515.642,17**	**26.679.066,56**	**27.456.954,53**	**27.270.827,49**	**26.867.239,59**	**339.348.824,80**	**72.678,92**
Pessoal Ativo	16.223.308,27	15.843.475,63	15.775.815,11	32.424.285,75	17.770.458,25	16.518.247,80	16.833.450,80	17.112.252,56	17.319.419,04	17.726.914,23	17.621.289,26	17.217.701,36	218.386.618,06	72.678,92
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.298.992,42	10.946.151,52	10.876.978,71	22.670.112,93	12.851.568,87	11.587.081,83	11.891.987,25	11.995.987,98	12.207.303,63	12.497.282,96	12.418.168,01	12.011.380,29	153.252.996,40	72.678,92
Obrigações Patronais	4.924.315,85	4.897.324,11	4.898.836,40	9.754.172,82	4.918.889,38	4.931.165,97	4.941.463,55	5.116.264,58	5.112.115,41	5.229.631,27	5.203.121,25	5.206.321,07	65.133.621,66	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.187.627,57	9.131.836,64	9.132.534,06	18.282.548,85	9.170.584,20	9.142.163,55	9.122.757,98	9.403.389,61	9.359.647,52	9.730.040,30	9.649.538,23	9.649.538,23	120.962.206,74	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.098.950,16	8.051.641,86	8.052.339,28	16.099.547,16	8.061.809,43	8.033.388,78	8.013.983,21	8.211.671,97	8.209.390,01	8.447.988,96	8.377.297,64	8.377.297,64	106.035.306,10	0,00
Pensões	1.088.677,41	1.080.194,78	1.080.194,78	2.183.001,69	1.108.774,77	1.108.774,77	1.108.774,77	1.191.717,64	1.150.257,51	1.282.051,34	1.272.240,59	1.272.240,59	14.926.900,64	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**8.086.307,37**	**8.048.894,12**	**8.039.585,87**	**16.175.093,16**	**8.024.318,97**	**8.074.886,83**	**8.074.168,31**	**8.237.546,21**	**4.007.327,77**	**4.115.676,02**	**4.092.518,86**	**4.099.621,40**	**89.075.944,89**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	126.415,96	0,00	27.240,21	40.981,84	0,00	-69,14	0,00	69,14	0,00	194.638,01	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.086.307,37	8.048.894,12	8.039.585,87	16.048.677,20	8.024.318,97	8.047.646,62	8.033.186,47	8.237.546,21	4.007.396,91	4.115.676,02	4.092.449,72	4.099.621,40	88.881.306,88	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**17.324.628,47**	**16.926.418,15**	**16.868.763,30**	**34.531.741,44**	**18.916.723,48**	**17.585.524,52**	**17.882.040,47**	**18.278.095,96**	**22.671.738,79**	**23.341.278,51**	**23.178.308,63**	**22.767.618,19**	**250.272.879,91**	**72.678,92**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**23.198.612.601,89**	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	11.665.207,27	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	77.961.533,72	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**23.108.985.860,90**	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**250.345.558,83**	**1,08**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	305.038.613,36	1,32
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	289.786.682,69	1,25
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	274.534.752,02	1,19

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 24/09/2026.

NOTA:
[1] Foram cancelados R$ 5.624,37 no mês de março pela não utilização em sua totalidade, restando R$ 72.678,92 de saldo de restos a pagar não processados.

Campo Grande-MS, 29 de setembro de 2026.

Daniele Silveira Ciaparini
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Priscilla Ocariz de Barros
Diretora da Controladoria

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

Normas do TCE-MS

Comprometido com as melhores práticas de Governança Corporativa e visando integração, articulação, transparência, celeridade e alocação eficiente de recursos e investimentos, a Corte de Contas, promove constante atualização das normas internas de gestão administrativa.

Resoluções

Resolução TCE-MS n.º 300, de 31 de julho de 2026

Regulamenta, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a designação, as competências e a atuação dos agentes de contratação, das equipes de apoio e das comissões de contratação nas licitações e contratos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE-MS.

Resolução TCE-MS n.º 301, de 31 de julho de 2026

Dispõe sobre a instauração do Processo Administrativo Sancionador (PAS) no âmbito das licitações e contratações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

Resolução TCE-MS n.º 302, de 3 de setembro de 2026

Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pela Resolução TCE-MS n.º 98, de 5 de dezembro de 2018.

Resolução Conjunta

Resolução Conjunta TCE-MS/TJMS n.º 01, de 27 de julho de 2026

Institui o Projeto Interinstitucional "MS por Elas: Justiça e Controle são da nossa conta", define competências dos órgãos partícipes, estabelece diretrizes e Grupo de Trabalho Interinstitucional para implementação da Lei Federal n.º 14.899/2024, e dá outras providências.

Portarias

Portaria TCE-MS n.º 247, de 6 de julho de 2026

Dispõe sobre a aplicação de penalidade de repreensão.

Portaria TCE-MS n.º 248, de 13 de julho de 2026

Institui, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, a Comissão da Garantia da Qualidade das Fiscalizações – COFIS, dispõe sobre o Sistema de Garantia da Qualidade das Fiscalizações e dispõe sobre sua composição, competências e atribuições.

Portaria TCE-MS n.º 249, de 1º de setembro de 2026

Dispõe sobre a transformação de cargos de provimento em comissão, nos termos do parágrafo único do art. 45-A da Lei n.º 3.877, de 31 de março de 2010.

Portaria Conjunta

Portaria Conjunta TCE-MS/TJMS n.º 01, de 27 de julho de 2026

Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), no âmbito do Projeto "MS por Elas: Justiça e Controle são da nossa conta", e dá outras providências.

Instruções Normativas

Instrução Normativa TCE-MS n.º 55, de 7 de agosto de 2026

Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul para o exercício de 2026.

Deliberações

Deliberação TCE-MS n.º 121, de 31 de julho de 2026

Homologa o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul referente ao 2º trimestre de 2026.

Deliberação TCE-MS n.º 122, de 12 de agosto de 2026

Homologa a Resolução Conjunta TCE-MS/TJMS n.º 01, de 27 de julho de 2026, publicada no DOETCE-MS n.º 4.471, de 6 de agosto de 2026.

Deliberação TCE-MS n.º 123, de 20 de agosto de 2026

Aprova a integração dos Conselheiros nas Câmaras, para o biênio 2027/2028, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Edital de Convocação

Edital de Convocação Eleitoral, de 29 de julho de 2026

Convoca Sessão Especial para eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral e definição da composição das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – Biênio 2027-2028.

Ato Convocatório

Ato Convocatório n.º 006, de 13 de agosto de 2026

Convoca o Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel para substituir o Conselheiro Ronaldo Chadid, nas condições consignadas no ato.

Ato Delegado

Delega Poderes aos servidores que especifica

O Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel, no exercício interino do Gabinete do Conselheiro Ronaldo Chadid, delegando poderes ao servidor Marcius Rene de Carvalho e Carvalho e, nas hipóteses previstas, ao servidor Gláucio Hashimoto.

Ato Concertado n.º 1/2026

Os Conselheiros signatários, por meio do presente Ato Concertado, acordam centralizar no Conselheiro Waldir Neves Barbosa a competência para planejar e coordenar os estudos necessários à consolidação de diagnóstico acerca da instituição e a efetiva arrecadação de taxa ou tarifa de prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos, bem como em relação às condições estruturais, operacionais e de licenciamento ambiental das unidades de transbordo, abrangendo os 79 municípios do Estado.

Recomendação Conjunta

Recomendação Conjunta CORR-TCE-MS/CORR-MPC n.º 1/2026, de 21 de agosto de 2026

Dispõe sobre recomendações relativas à atuação político-partidária, ao exercício da liberdade de expressão e à preservação da neutralidade e da imagem institucional por membros e servidores do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Tecnologia da Informação e Comunicação



98%



2.632



2.581

Destaques



12

Identidade Funcional;
GATI - Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação;
Portal IEGM;
Portal da Transparência;
e-SIC;
Portal de Contas Julgadas Irregulares;
Alerta de Dano ao Erário;
iText;
Contracheque Único;
Implantação do Guia;
Implantação do Vigia.

Iniciativas de IA

Utilitários Digitais;
Painel de Saúde Ocupacional;
QUATI - Questionário Unificado de Auditoria, Transparência e Inspeção

Departamento Jurídico



5
Pareceres Jurídicos



277
Decisões



67
Ofícios



153
Despachos



56
Processos Judiciais em Acompanhamento

Gestão de Pessoas

A Diretoria de Gestão de Pessoas atua de forma estratégica, alinhando suas práticas e entregas às metas institucionais no Planejamento Estratégico do TCE-MS. As ações foram orientadas com foco na modernização de processos, no cuidado com a vida funcional, no incentivo ao bem-estar e no fortalecimento de uma cultura organizacional integrada e eficiente.

As principais ações desenvolvidas pelas quatro Coordenadorias tiveram como foco a **digitalização de rotinas administrativas, à transparência da gestão pública, à promoção da saúde e da qualidade de vida e ao fortalecimento da cultura organizacional, assim como promoção à saúde, de gestão de riscos psicossociais e de preparação para a aposentadoria.**



16
Inovações e melhorias

Teletrabalho e Produtividade



55%
dos servidores do TCE-MS



2.330
Análises com produtividade mensurável

Programa de Fortalecimento Psicossocial



5
Projetos



20
Encontros



94
Atendimentos

Qualidade de Vida



4
Campanhas Institucionais Realizadas



300
Atendimentos Ambulatoriais pelo Espaço Saúde.



140
Participantes Inscritos



68
Bolsas de sangue coletadas durante a campanha



7
Encontros realizados

Qualificação para Lideranças



9 **Líderes**

25 **Sessões de mentoria**

Secretaria de Proteção de Dados



3
Pareceres



7
Orientações Técnicas sobre Tratamento de Dados de Uso Interno



4
Entrevistas



2
Lives



2
Eventos



3
Cursos

Controladoria



45
Pareceres



2
Auditoria em andamento



75
Análise de diárias

Escoex

1586
CAPACITADOS

780
JURISDICIONADOS

232
SOCIEDADE CIVIL

574
SERVIDORES

11
AÇÕES EDUCACIONAIS

82 H/AULA

5
CURSOS EAD

6
CURSOS PRESENCIAIS

Secretaria de Comunicação



657
Matérias Positivas



243
Publicações Espontâneas



436
Republicações de Releases



249
Produções Audiovisuais



63
Edições Ordinárias
29
Edições Extras



143
Peças publicitárias para eventos



47
Peças publicitárias ESCOEX



274
Materiais institucionais, avisos, placas, comunicados e datas comemorativas

Capacitação

IV CNTC: Comunicação estratégica fortalece a democracia e amplia papel dos TCs, defendem especialistas



Durante o IV Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas, em Ouro Preto, especialistas destacaram o papel estratégico da comunicação pública na defesa da democracia, no combate à desinformação e no fortalecimento da confiança nas instituições. No painel "Além dos Autos: como o TCE impacta a política", o jornalista Jamil Chade e a cientista política Berta Maakaroun ressaltaram a importância de integrar a comunicação às decisões institucionais, ampliar a transparência e aproximar os Tribunais de Contas da sociedade. Também destacaram a crescente influência das plataformas digitais e a necessidade de comunicar com clareza os impactos do controle externo nas políticas públicas e na vida dos cidadãos.

TCE-MS recebe comitiva de Chapadão do Sul em ação de formação cidadã



Uma comitiva de 50 estudantes, professores, vereadores e servidores de Chapadão do Sul visitou o TCE-MS como parte do projeto "Câmara vai à Escola", que busca aproximar os jovens das instituições públicas e incentivar a formação cidadã. Na Escola Superior de Controle Externo (Escoex), os participantes conheceram a história e as funções do Tribunal, com destaque para a fiscalização dos recursos públicos, a orientação dos gestores e o fortalecimento da cidadania. A iniciativa contempla alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio e inclui visitas a órgãos públicos da Capital, como a Governadoria, a Assembleia Legislativa e o Ministério Público.

TCE-MS lança projeto de formação continuada para fortalecer o controle interno



O TCE-MS, por meio da Escoex, lançou o Projeto de Formação Continuada – Sistema de Controle Interno, destinado à capacitação de profissionais das administrações estadual e municipal, com cursos e oficinas previstos para 2026 e 2027. A iniciativa busca fortalecer a atuação preventiva, aprimorar a gestão de riscos, identificar irregularidades e garantir maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Durante o lançamento, especialistas destacaram a importância do controle interno como aliado dos gestores na tomada de decisões, na correção de falhas e na melhoria das políticas públicas.

TCE-MS participa de capacitação sobre excelência em gestão promovida pela FNQ



O TCE-MS, representado pela diretora de Planejamento Estratégico, Ariene Rezende do Carmo Castro, participou de capacitação promovida pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), por iniciativa da Atricon, para aprofundar conhecimentos sobre o Modelo de Excelência em Gestão (MEG). A jornada integra a Rede SGG e busca fortalecer as capacidades institucionais dos Tribunais de Contas, aprimorando a governança, o planejamento estratégico e a avaliação de resultados. Para o TCE-MS, a iniciativa contribui para incorporar boas práticas de gestão, estimular a inovação e fortalecer a liderança, com foco na melhoria contínua dos resultados entregues à sociedade.

TCE-MS promove curso sobre manutenção de pavimentação para auditores de controle externo



O TCE-MS, por meio da Escoex, promoveu o curso "Manutenção de Pavimentação", destinado aos auditores de controle externo da área de fiscalização de obras e engenharia. A capacitação busca aprimorar os conhecimentos técnicos sobre manutenção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas, considerando critérios funcionais, estruturais, econômicos e de segurança. A iniciativa atende a demandas identificadas em processos de fiscalização e prepara os profissionais para futuras inspeções e ações previstas no Plano Anual de Fiscalização de 2027.

TCE-MS capacita gestores municipais sobre e-Sfinge e fortalece parceria institucional



O TCE-MS, por meio da Escoex, realizou capacitação sobre gestão financeira, contábil e prestação de contas no e-Sfinge, destinada a secretários e responsáveis pelas áreas financeira, tributária e contábil dos municípios. Durante o encontro, foram apresentadas orientações sobre o sistema, os módulos de operação e os procedimentos para garantir a consistência das informações e o cumprimento dos prazos. Na ocasião, o Tribunal e o CONFAZ-M/MS assinaram um Termo de Cooperação Técnica para promover capacitações e disseminar boas práticas de gestão pública, reforçando a parceria com os municípios e o objetivo de garantir que as 79 cidades do Estado entreguem suas prestações de contas de 2026 dentro do prazo.

TCE-MS intensifica orientação a municípios sobre execução de emendas parlamentares



A "Sala do Prefeito" permitiu que o TCE-MS intensifique o atendimentos aos municípios e oriente gestores públicos sobre a execução de emendas parlamentares, esclarecer dúvidas legais e evitar atrasos ou perda de prazos. As reuniões, presenciais e on-line, analisam as situações de cada município e as exigências legais, considerando os desafios da transição para a execução direta dos recursos. A iniciativa reforça o papel orientativo do Tribunal, oferecendo suporte técnico para que os gestores cumpram as obrigações orçamentárias e executem os recursos públicos dentro dos prazos estabelecidos.

Destaques

TCE-MS apresenta ações de proteção às mulheres em reunião com representantes do Ministério das Mulheres



A conselheira substituta do TCE-MS, Patrícia Sarmento dos Santos, recebeu as Articuladoras Territoriais de Políticas para as Mulheres, Valdete Barros e Eloísa Castro Berro, para apresentar as iniciativas do Tribunal voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência de gênero. Entre as ações estão o diagnóstico da rede de atendimento nos 79 municípios, visitas institucionais, projetos de capacitação de gestores e elaboração de cartilha orientativa, além da participação na Rede que Protege e de iniciativa interna para promover a autonomia de mulheres vítimas de violência. O encontro fortaleceu o diálogo e a articulação entre instituições públicas, destacando o papel do controle externo na orientação dos gestores e no aprimoramento das políticas públicas de proteção às mulheres. A iniciativa faz parte de um projeto desenvolvido pelo Ministério das Mulheres em parceria com organismos das Nações Unidas

TCE-MS é destaque em livro sobre transparência, controle social e participação cidadã



O TCE-MS teve duas iniciativas de sua Ouvidoria — o "Guia Prático para Implantação de Ouvidoria Municipal" e o "Guia Ouvidoria e Transparência" — destacadas no livro "Transparência, Controle Social e Participação Cidadã", lançado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) durante o Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas (ENCCO). A publicação, lançada também em espanhol com cases do Brasil e da Argentina, reconhece o trabalho do TCE-MS em orientar municípios na criação de ouvidorias e promover o uso da LAI e da LGPD, reforçando a transparência pública, o controle social e a cidadania.

Cartilha de Boas Práticas para Atendimento às Pessoas com Deficiência está disponível no portal do TCE-MS



Em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro), o TCE-MS, por meio de sua Ouvidoria, disponibilizou a Cartilha de Boas Práticas para Atendimento às Pessoas com Deficiência. O material reúne orientações sobre legislação, acessibilidade e inclusão para combater o capacitismo e garantir atendimento eficaz, reforçando o compromisso da instituição com a autonomia, a dignidade e a igualdade de direitos no acesso aos serviços públicos.

MMDi-TC

TCE-MS participa de projeto piloto que testa nova metodologia do MMDi-TC



O TCE-MS, representado pelas diretoras Valéria Cominale e Ariene Rezende do Carmo Castro, participou da fase piloto de testes da nova metodologia do Marco de Medição do Desempenho e Impacto dos Tribunais de Contas (MMDi-TC), sediada no TCE-GO. O encontro teve como objetivo testar, calibrar e aprimorar os indicadores e procedimentos práticos do novo modelo — focado na avaliação de resultados e no valor público gerado para a sociedade — preparando o instrumento e o sistema de avaliação para a sua aplicação nacional oficial prevista para 2027.

Ouvidoria

TCE-MS moderniza página do e-SIC, reforçando transparência e o acesso à informação



O TCE-MS modernizou o portal do e-SIC, com novo layout, navegação mais simples e melhorias de desempenho para facilitar o acesso à informação pública. Em 2026, os 13 pedidos registrados foram respondidos dentro do prazo legal. A atualização, realizada em conjunto pela Ouvidoria, TI e Departamento de Informações Estratégicas, reforça a transparência, a participação social e a oferta de serviços digitais mais acessíveis e eficientes.

Presidente e Ouvidor do TCE-MS participam do Encontro Nacional de Ouvidorias



O presidente do TCE-MS, conselheiro Flávio Kayatt, e o ouvidor, conselheiro Osmar Jeronymo, participam do 18º Seminário Nacional "Ouvidores & Ouvidorias", em Maceió (AL), com debates sobre transparência, governança, proteção de dados e inovação digital. O encontro busca promover a troca de experiências e o aprimoramento das Ouvidorias, fortalecendo a participação social e a qualidade dos serviços prestados à população.

Sustentabilidade

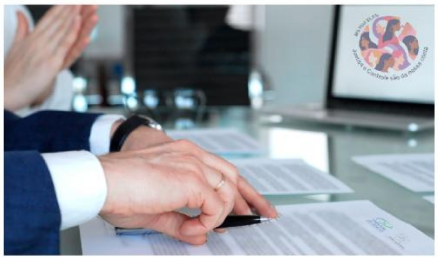
TCE-MS orienta municípios sobre próximos passos do Pacto pela Sustentabilidade e Resiliência Climática



O TCE-MS realizou a live "Municípios Sustentáveis",com orientações a prefeitos, prefeitas e agentes articuladores sobre os próximos passos do Pacto pela Sustentabilidade e Resiliência Climática. Na ocasião, o conselheiro Waldir Neves reforçou a importância da indicação dos agentes articuladores e do compromisso dos municípios com a agenda sustentável, destacando oportunidades de acesso a recursos e financiamentos. O auditor Leonardo Mira Marques apresentou as etapas do Projeto Municípios Sustentáveis MS, que incluem capacitação, diagnóstico, definição de prioridades, planejamento, elaboração de projetos e acompanhamento de resultados.

"MS por Elas"

TCE-MS e TJMS instituem projeto para fortalecer políticas de enfrentamento à violência contra a mulher nos municípios



O TCE-MS e o TJMS oficializaram, por meio da Resolução Conjunta nº 01/2026, o projeto "MS por Elas: Justiça e Controle são da Nossa Conta", destinado ao fortalecimento das políticas municipais de enfrentamento à violência contra a mulher. A iniciativa prevê orientação e acompanhamento da elaboração e implementação dos Planos Municipais de Metas, com atuação integrada, monitoramento por indicadores, transparência e participação social. O projeto contará com um Grupo de Trabalho Interinstitucional para coordenar as ações, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às normas de proteção de dados, reforçando o compromisso das instituições com a prevenção da violência e a garantia dos direitos das mulheres.

TCE-MS participa de reunião nacional para fortalecer a fiscalização de políticas públicas de proteção às mulheres



O TCE-MS participou de reunião técnica online da Rede Nacional de Controle Externo pela Proteção das Mulheres – Rede que Protege, coordenada pela Atricon, para fortalecer a atuação integrada na fiscalização e no aprimoramento das políticas públicas de proteção às mulheres. Durante o encontro, foram apresentados dados sobre o aumento dos casos de feminicídio e outras formas de violência, além da experiência do TCE-MS na área. A conselheira substituta Patrícia Sarmento dos Santos destacou a importância de auditorias coordenadas, da articulação com o sistema de Justiça e da inclusão da prevenção à violência nas políticas educacionais, reforçando o papel dos Tribunais de Contas na promoção de ações efetivas e na garantia dos direitos das mulheres.

TCE-MS e TJMS conhecem rede de proteção às mulheres durante visita técnica em Maracaju



O TCE-MS e o TJMS realizaram visita técnica a Maracaju, no dia 16 de julho, para conhecer a estrutura e as ações da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, como parte do projeto "MS por Elas: Justiça e Controle são da Nossa Conta". A comitiva visitou a Sala Lilás do Hospital Soriano Corrêa da Silva e a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, além de conhecer as iniciativas do Programa Mulher Segura (PROMUSE). O encontro promoveu a troca de experiências e destacou a importância da atuação integrada entre saúde, assistência social, segurança pública e justiça para fortalecer o acolhimento, a prevenção da violência e a proteção dos direitos das mulheres.

TCE-MS discute ações e programação do Projeto MS Por Elas: Justiça e Controle são da nossa conta



O TCE-MS apresentou, em live realizada no dia 31 de julho, os resultados do Diagnóstico das Políticas Municipais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que avaliou a estrutura e a governança dessas políticas nos 79 municípios do Estado. A iniciativa integra o projeto "MS por Elas: Justiça e Controle são da Nossa Conta", desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça (TJMS), e identificou avanços e desafios na proteção às mulheres. O levantamento também destacou os registros de violência e feminicídios em 2025 e a necessidade de fortalecer a articulação entre municípios e instituições. Como próximos passos, o TCE-MS realizará ações de orientação, capacitação, visitas técnicas e monitoramento dos planos municipais para aprimorar a efetividade das políticas públicas de proteção às mulheres.

TCE-MS participa dos 20 Anos da Lei Maria da Penha e defende fortalecimento da rede de proteção às mulheres



O TCE-MS participou do evento "20 anos da Jornada Lei Maria da Penha", realizado em Campo Grande para marcar as duas décadas da legislação e o encerramento do Agosto Lilás. Representando o TCE-MS e a Rede Protege, da Atricon, a conselheira substituta Patrícia Sarmento destacou o papel do Tribunal na fiscalização e no aprimoramento das políticas públicas de proteção às mulheres, com foco na estrutura de atendimento, na destinação de recursos e na integração dos serviços municipais. O encontro reuniu autoridades e especialistas para debater estratégias de prevenção à violência, combate ao feminicídio, acolhimento humanizado e ampliação do acesso à Justiça.

TCE e TJMS realizam visita técnica no Centro de Atendimento à Mulher em Naviraí



O TCE-MS e o TJMS realizaram visita ao Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) de Naviraí, no dia 6 de julho, para conhecer os mecanismos de acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência. A iniciativa integra o programa "MS por Elas: Justiça e Controle são da Nossa Conta" e reuniu representantes da rede municipal de proteção e das forças de segurança para compartilhar experiências, avaliar protocolos e discutir desafios. O encontro destacou a importância da articulação entre as instituições para fortalecer as políticas públicas, garantir atendimento humanizado, evitar a revitimização e ampliar a proteção e o acesso à Justiça.

Experiência do Tribunal do Júri e reflexões sobre o machismo marcam palestra em alusão aos 20 anos da Lei Maria da Penha



O TCE-MS promoveu, no dia 7 de agosto, um ciclo de palestras para servidores em alusão aos 20 anos da Lei Maria da Penha, com especialistas do Tribunal de Justiça (TJMS). O encontro abordou o feminicídio, o machismo, as masculinidades e a evolução da legislação, buscando ampliar a conscientização e fortalecer o debate sobre a prevenção da violência contra a mulher. A iniciativa reforçou a responsabilidade conjunta do poder público e da sociedade no enfrentamento à violência de gênero e destacou a importância da denúncia pelo telefone 180, canal gratuito e sigiloso disponível 24 horas por dia.

Fiscalização

TCE-MS intima prefeita a explicar situação da manutenção da pavimentação asfáltica em Campo Grande



O conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, do TCE-MS, notificou a prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, para que esclareça, em até dois dias úteis, quais providências estão sendo adotadas diante do vencimento dos contratos de manutenção do pavimento asfáltico nas sete regiões da Capital. Os contratos, decorrentes da Concorrência nº 5/2022, têm vigência encerrada ou prestes a se encerrar em julho, enquanto quatro regiões já estão com o serviço de tapa-buraco paralisado. Diante do risco de interrupção do atendimento e das condições precárias das vias, o conselheiro cobra informações sobre as medidas adotadas pela Prefeitura para garantir a continuidade dos serviços.

TCE-MS recebe resposta da Prefeitura de Campo Grande e acompanhará execução das medidas para manutenção da pavimentação



A Prefeitura de Campo Grande respondeu ao TCE-MS sobre as medidas para garantir a continuidade da manutenção da pavimentação asfáltica, informando que pretende realizar nova licitação, utilizar o credenciamento por meio do CENTRAL-MS, formar equipes próprias e manter os contratos vigentes. O novo modelo prevê mecanismos de controle, fiscalização e rastreabilidade dos serviços, como acompanhamento presencial, registros fotográficos, georreferenciamento e medições diárias. O conselheiro relator, Osmar Domingues Jeronymo, destacou que o Tribunal acompanhará a implementação das medidas e a efetiva continuidade dos serviços, adotando as providências cabíveis caso sejam identificadas irregularidades ou descumprimentos.

TCE-MS reforça fiscalização de obras e acompanha quase 2 bilhões em recursos públicos no primeiro semestre



O Laboratório de Obras Rodoviárias (LABOR) do TCE-MS realizou fiscalizações em obras de pavimentação e drenagem no território do Estado, com inspeções de campo, extração de corpos de prova e ensaios laboratoriais para verificar a qualidade e a conformidade do pavimento com o projeto. A ação, que contemplou 2.926,5 metros de vias e investimento de R$ 4,46 milhões, integra a atuação preventiva e concomitante do laboratório, que também analisa editais, projetos e processos licitatórios. No primeiro semestre de 2026, o LABOR analisou documentos de processos que somam R$ 1,92 bilhão, contribuindo para identificar riscos, evitar irregularidades e garantir maior qualidade, durabilidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Você sabe como o TCE-MS verifica a qualidade do asfalto das vias públicas?



O Laboratório de Obras Rodoviárias (LABOR) do TCE-MS analisa amostras de asfalto por meio de ensaios que verificam a espessura, o teor de ligante, a granulometria, a densidade e outras características do pavimento. Os testes permitem identifical falhas de execução e materiais que podem causar problemas como asfalto esfarelado e buracos, além de verificar se a obra atende ao projeto e ao que foi contratado. Com equipamentos fixos e uma unidade móvel, o LABOR fornece evidências técnicas para as auditorias, contribuindo para prevenir desperdícios, garantir a correta aplicação dos recursos públicos e aumentar a qualidade e a durabilidade das obras.

TCE-MS retoma fiscalização do transporte coletivo e cobra providências da Prefeitura sobre venda do Consórcio Guaicurus



O TCE-MS determinou o prosseguimento da fiscalização do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) relacionado ao transporte coletivo de Campo Grande, diante do anúncio da venda do Consórcio Guaicurus e da permanência de obrigações pendentes há quase seis anos. O relator, conselheiro Waldir Neves, apontou problemas como veículos antigos, superlotação, atrasos, falhas na infraestrutura e deficiência na fiscalização e regulação do serviço. A Prefeitura terá 10 dias para informar ao Tribunal as exigências feitas à nova concessionária, os prazos para implementação das melhorias e as medidas para cumprir as cláusulas pendentes do TAG.

TCE-MS apresenta balanço do transporte escolar: 500 veículos fiscalizados e R$ 60 milhões em contratos acompanhados



O TCE-MS reuniu os órgãos signatários do Termo de Cooperação Mútua do Transporte Escolar para avaliar as ações do primeiro semestre de 2026 e planejar as atividades do segundo semestre. No período, foram realizadas seis fiscalizações, com inspeção de cerca de 500 veículos que atendem aproximadamente 20 mil estudantes, resultando em notificações e na apreensão de seis veículos por irregularidades. Entre os principais problemas identificados estão documentação vencida, falhas em equipamentos de segurança e condições inadequadas de veículos e condutores. Como encaminhamento, os órgãos aprovaram a criação de uma capacitação conjunta para motoristas e gestores, reforçando a atuação integrada em busca de mais segurança, qualidade e eficiência no transporte escolar.

TCE-MS acompanha impactos do crescimento econômico nos serviços públicos de Inocência



O TCE-MS realizou visita institucional a Inocência para acompanhar os impactos do crescimento econômico provocado pela instalação de um grande empreendimento de celulose sobre as receitas públicas e os investimentos municipais. Coordenada pelo conselheiro Marcio Monteiro, a agenda incluiu reuniões com gestores e visitas a unidades de ensino e à Secretaria de Finanças, permitindo identificar necessidades e novos desafios decorrentes do aumento da arrecadação e da população. A iniciativa integra a atuação preventiva do Tribunal e busca contribuir para que o crescimento das receitas seja acompanhado de planejamento e investimentos que gerem melhorias efetivas para a população.

Primeira Infância

TCE-MS apresenta experiência de apoio aos municípios para fortalecer políticas para primeira infância



O TCE-MS apresentou, durante o III Encontro Nacional de Primeira Infância (ENAPI), em Goiânia, suas ações de orientação e apoio aos municípios na elaboração de planos, criação de comitês e inclusão de políticas para crianças de zero a seis anos no planejamento e orçamento público. O município de Maracaju foi destaque com seu Plano Municipal pela Primeira Infância, que prevê 154 ações e investimentos de R$ 97,6 milhões entre 2026 e 2029. A experiência reforça o papel do Tribunal como indutor de políticas públicas permanentes, planejadas, financiadas e monitoradas.

TCE-MS cria ferramenta inédita para monitorar Plano Municipal pela Primeira Infância



O TCE-MS lançou, por meio da Orientação Técnica nº 01/2026, o Guia Prático de Monitoramento e Planejamento Orçamentário do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), para apoiar os municípios no acompanhamento das políticas destinadas às crianças de zero a seis anos. A ferramenta reúne instrumentos para monitorar ações, vincular metas ao orçamento público e registrar resultados, fortalecendo a integração entre secretarias e a execução das políticas. A iniciativa amplia a atuação orientativa do Tribunal, contribuindo para transformar os planos em ações efetivas e melhorias na vida das crianças e de suas famílias.

TCE-MS leva experiência em Primeira Infância para debate na Faculdade de Direito da USP



A auditora do TCE-MS Flávia Pierin Freitas Buchara participou do 2º Encontro "Políticas que Transformam: Planos Municipais da Primeira Infância", promovido pelo TCE-SP, na USP, em São Paulo. O evento debateu a elaboração e a governança dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI). Desde 2023, o TCE-MS desenvolve um programa que resultou na aprovação dos planos nos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, consolidando o Tribunal como referência nacional na indução de políticas públicas voltadas às crianças.

Parceria entre Tribunais busca fortalecer planejamento municipal para a primeira infância



O TCE-MS, o TCE-RS e integrantes da Rede da Primeira Infância do Rio Grande do Sul discutiram uma parceria para capacitação em planejamento municipal e alinhamento orçamentário das políticas voltadas às crianças. Durante a reunião, o coordenador-geral do Comitê da Primeira Infância do TCE-MS, Célio Lima de Oliveira, apresentou a metodologia de planejamento integrado baseada no ciclo PDCA, além de estratégias para aprimorar a gestão de dados e vincular os Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI) ao orçamento público. A iniciativa busca fortalecer a cooperação técnica e o monitoramento dessas políticas.

Conquistas

Servidora do TCE-MS integra equipe que conquista 2º lugar no ClimatonBrasil 2026



A servidora do TCE-MS Márcia Pereira da Mata integrou a equipe que conquistou o 2º lugar no ClimatonBrasil 2026, hackathon promovido pelo TCU, em Brasília. O grupo desenvolveu a plataforma ClimaJusta, que transforma dados públicos sobre mudanças climáticas em informações acessíveis para identificar áreas prioritárias e apoiar decisões, políticas preventivas e fiscalizações. A iniciativa reuniu 81 participantes, divididos em 15 equipes, e destacou o uso da inovação, da tecnologia e da análise de dados para fortalecer a gestão pública e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Auditora do TCE-MS conquista certificação internacional em auditoria pública pelo PESA



A chefe da Divisão de Fiscalização da Saúde do TCE-MS, Giovanna Maravieski, tornou-se a primeira auditora de controle externo do Tribunal a conquistar a certificação internacional PESA, promovida pela IDI/INTOSAI. A certificação reconhece competências em auditoria governamental alinhadas a padrões internacionais, contribuindo para o aprimoramento do planejamento, da avaliação de riscos e da análise de evidências. Com orientação do auditor Haroldo Oliveira de Souza, a conquista reforça a qualificação técnica do TCE-MS e o compromisso com auditorias de qualidade, capazes de gerar benefícios concretos para a sociedade.

Teletrabalho

TCE-MS introduz o teletrabalho e deve gerar uma economia de quase 2 milhões de reais



O regime de teletrabalho do TCE-MS gerou economia mensal de R$ 154.984,63 em julho e agosto de 2026, com projeção anual de R$ 1,86 milhão. A redução inclui despesas com auxílio-transporte, água, serviços de copa e locação de equipamentos. Atualmente, quase 52% dos servidores ativos atuam nessa modalidade, ampliada pela Resolução TCE-MS nº 298/2026. A iniciativa busca conciliar redução de custos, flexibilidade, qualidade de vida e gestão orientada por resultados.

Proteção de Dados

TCE-MS promove live para esclarecer dúvidas e fortalecer formação continuada "LGPD na Prática"



O TCE-MS, por meio da Escoex, realizou a live "Dúvidas e Experiências do Curso 1 – Estruturando a LGPD no órgão público", com especialistas da Defensoria Pública e do próprio Tribunal. A transmissão integrou o programa de formação continuada "LGPD na Prática" e teve como objetivo esclarecer dúvidas, compartilhar experiências e aprofundar conhecimentos sobre a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no setor público. A iniciativa faz parte do Projeto Proteção de Dados e Integridade Pública, que busca apoiar os órgãos jurisdicionados na adequação à LGPD e no fortalecimento da governança e da proteção de dados pessoais.

Ações do TCE-MS na proteção de dados ganham projeção no maior evento de tecnologia da América Latina



O TCE-MS apresentou suas práticas de governança e proteção de dados na CPDP LatAm 2026, realizada no Rio de Janeiro, durante painel sobre maturidade e direitos dos titulares de dados pessoais no setor público. A representante do Tribunal, Ana Carla Lemes Brum de Oliveira, compartilhou a metodologia do Projeto Proteção de Dados e Integridade Pública, que avaliou 164 dos 209 órgãos jurisdicionados participantes do levantamento, identificando que 54% estavam em nível inicial de maturidade em proteção de dados. Os resultados orientaram a criação da formação continuada "LGPD na Prática", reforçando a atuação pedagógica e colaborativa do TCE-MS no apoio aos órgãos públicos para aprimorar a governança e a adequação à LGPD.

Biênio 27/28

Por unanimidade, Flávio Kayatt é reeleito presidente do TCE-MS



O conselheiro Flávio Kayatt foi reeleito por unanimidade à presidência do TCE-MS para o biênio 2027/2028, durante sessão especial realizada em 20 de agosto. A nova composição terá o conselheiro Osmar Jeronymo como vice-presidente e Marcio Monteiro reconduzido à Corregedoria-Geral. Durante a sessão, foram destacados os avanços administrativos, o equilíbrio financeiro, a modernização tecnológica e o fortalecimento das ações preventivas e pedagógicas da instituição. Ao agradecer o apoio dos conselheiros e servidores, Kayatt ressaltou a importância do trabalho coletivo para a continuidade do crescimento e do aprimoramento do Tribunal. Também foram sorteados os membros que integrarão a Primeira e a Segunda Câmaras no próximo período.

Rede de Controle

TCE-MS apresenta panorama da fiscalização dos Portais da Transparência durante reunião da Rede de Controle



O TCE-MS participou da 52ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado, que aprovou o novo Plano de Trabalho para o próximo biênio e definiu mudanças na coordenação do colegiado. Representando o Tribunal, a diretora de Controle Externo, Valéria Saes Cominale Lins, apresentou os resultados e a metodologia do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), destacando os desafios para aprimorar os Portais da Transparência e ampliar o acesso da sociedade às informações públicas. O encontro reforçou a importância da atuação integrada entre os órgãos de controle para fortalecer a governança, a integridade, o controle social e a correta aplicação dos recursos públicos.

TCE-MS coordena primeira reunião do Grupo de Transparência da Rede de Controle de Mato Grosso do Sul



O TCE-MS sediou a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Transparência da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado, coordenado pelo Tribunal e representado pela diretora de Controle Externo, Valéria Saes Cominale Lins. O encontro reuniu instituições estaduais e municipais para planejar ações conjuntas de aprimoramento da transparência pública, com destaque para o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), que avalia os portais de órgãos e entidades públicas. O grupo pretende promover o intercâmbio de informações, identificar oportunidades de melhoria e desenvolver propostas para garantir que os dados públicos sejam divulgados de forma clara e acessível, fortalecendo o controle social, a participação cidadã e a prevenção de irregularidades.

TCE-MS apresenta metodologia do PNTP ao Grupo de Transparência da Rede de Controle



O TCE-MS realizou a segunda reunião do Grupo de Trabalho de Transparência da Rede de Controle da Gestão Pública, com a participação de representantes do TCE-MS, da CGE-MS, da CGU e da Controladoria-Geral de Campo Grande. Durante o encontro, a equipe técnica do Tribunal apresentou a metodologia do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), incluindo critérios de avaliação, etapas de validação e classificação dos portais, além da concessão dos selos de transparência. A iniciativa busca compartilhar conhecimentos, identificar oportunidades de melhoria e subsidiar ações integradas entre as instituições, fortalecendo a transparência pública, o acesso à informação e o controle social.

Mobilização Nacional

TCE-MS participa de mobilização nacional dos Tribunais de Contas pelo enfrentamento à violência contra a mulher



A conselheira substituta Patrícia Sarmento e a auditora de controle externo Flávia Ribeiro representaram o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) no lançamento da Rede Nacional de Controle Externo pela Proteção das Mulheres (Rede que Protege), realizado no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). A iniciativa reúne instituições do Sistema Tribunais de Contas para fortalecer a avaliação e o acompanhamento das políticas públicas de prevenção à violência contra as mulheres, atendimento às vítimas e responsabilização dos agressores. Durante o seminário, especialistas destacaram a importância da atuação integrada dos órgãos de controle no aprimoramento das políticas públicas e na proteção dos direitos das mulheres.